



ENTRE COLUNAS

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PESQUISAS MAÇÔNICAS



*A MAÇÔNICA
REVOLUÇÃO
PERNAMBUCANA*

Márson Alquati

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

© 2019 by Márson Alquati.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.

Autorizo a reprodução e divulgação total e/ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

G002c6

Alquati, Márson, 1972 –

A Maçonica Revolução Pernambucana. Márson Alquati – 2019. – Nova Roma do Sul, RS – Entre Colunas: Biblioteca Digital de Pesquisas Maçônicas: História da Maçonaria/A Maçonica História do Brasil.

59 páginas.

1. Maçonaria. 2. História do Brasil. 3. Sociedades Secretas. 4. Revoluções Separatistas. 5. Revolução Pernambucana.

G002c6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Como citar este documento:

ALQUATI, Márson. *A Maçonica Revolução Pernambucana*. In: História da Maçonaria: A Maçonica História do Brasil. Nova Roma do Sul, RS: Entre Colunas Biblioteca Digital de Pesquisas Maçônicas, 2019. Disponível em: <https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>. Acessado em: __/__/____.

Acesse outros trabalhos do autor:

<https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>

SUMÁRIO

I – A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA.....	04
II – O AREÓPAGO DE ITAMBÉ.....	06
III – A CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNAS, O SEMINÁRIO DE OLINDA, AS ACADEMIAS, UNIVERSIDADES E OFICINAS.....	10
IV – O QUE REZA A HISTORIOGRAFIA OFICIAL.....	13
V – CAUSAS E ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO.....	17
VI – A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO DOS PADRES.....	25
VII – OS PREPARATIVOS PARA A REVOLUÇÃO.....	30
VIII – ECLODE A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817.....	33
IX – O GOVERNO PROVISÓRIO.....	37
X – A REVOLUÇÃO SE ALASTRA PARA OUTRAS PROVÍNCIAS.....	40
XI – A REAÇÃO DO GOVERNO PORTUGUÊS.....	42
XII – PADRE ROMA: MAÇOM E MÁRTIR DA REVOLUÇÃO DE 1817.....	47
XIII – A CURIOSA VIAGEM DE CABUGÁ.....	49
XIV – UMA NOVA BANDEIRA PERNAMBUCANA.....	52
XV – CONSEQUÊNCIAS DIRETAS E INDIRETAS DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA.....	53
XVI – A LOJA MAÇÔNICA “SEIS DE MARÇO DE 1817”	55
XVII – UM FATO CURIOSO	57
XVIII – BIBLIOGRAFIA.....	58



ENTRE COLUNAS

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PESQUISAS MAÇÔNICAS



A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Abafada na Bahia, a revolta estala em Pernambuco.

Segundo Francisco de Assis Carvalho¹:

“Uma ideia quando é boa, quando é honesta, se alastra como fogo em pasto seco. E a ideia de Independência, de liberdade – era como água fresca em lábios ressequidos”.

¹ CARVALHO (1996, p.78).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Assim, o último quartel do Século XVIII era favorável ao movimento em busca da liberdade, com a quebra do absolutismo e o combate ao processo colonial.

Esse movimento tinha um nome: Iluminismo, cujas revolucionárias ideias pregavam, entre outras coisas, que *“o conhecimento racional e científico da natureza ajudaria a encontrar as leis naturais da sociedade”*; que *“as ciências deveriam ser desenvolvidas mediante a aplicação de métodos experimentais”*; que *“segundo as leis naturais da sociedade, o homem deveria desfrutar da maior liberdade e não estar submetido ao controle da monarquia absolutista”*; que *“as desigualdades sociais deveriam ser reduzidas, terminando-se com a colonização, com a servidão e com a escravidão”*; que *“tudo deveria estar voltado para a educação do povo, porque através dela se daria maior mobilidade social”*; que *“a moral e a educação não poderiam ser dirigidas, sobretudo por religiões, porque, em sendo assim, o seu ensinamento ficaria preso nos escaninhos da fé e não liberto nas searas da razão”*; e que *“a Razão, a esta sim, era devido o verdadeiro aperfeiçoamento dos homens que, por ela iluminados, poderiam alcançar a prosperidade e a felicidade”*.

Essas ideias de liberdade, de soberania dos povos, da indisponibilidade da vida dos súditos por parte dos monarcas, alcançaram o seu apogeu no mundo francês e empolgaram os intelectuais daquele tempo, dando origem à Revolução Francesa.

As ideias de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” desenvolveram-se na França e logo cobriram o mundo, com ênfase nas Américas, onde se tornaram amplamente festejados os exemplos da Independência dos Estados Unidos e logo depois a do México.

E os anseios de liberdade chegaram então aos Andes sul-americanos, agitando e empolgando, como haviam feito na América do Norte e do outro lado do Atlântico.

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Não era mais só um sonho. Já era realidade em alguns locais e isso contribuiu para que o sonho se alastrasse e se tornasse coletivo, superando todos os óbices que se lhe antepusessem².

Com o ingresso da Maçonaria no continente Americano, na primeira metade do século XVIII (América do Norte) e na segunda metade (América Central e América do Sul), as palavras de ordem passaram a ser: “*Liberdade, Democracia e República*”.

O AREÓPAGO DE ITAMBÉ



Influenciadas pelas ideias liberais do “Iluminismo” e pela “Revolução Francesa” (1789), algumas pessoas, entre as quais Manuel de Arruda Câmara – membro da “Sociedade Literária do Rio de Janeiro” – fundaram o “Areópago de Itambé” em 1796, junto à divisa de Pernambuco com a Paraíba, hoje cidade de També, que em princípio era uma sociedade secreta política e depois passou a ser maçônica, “até no rito”, segundo o historiador Oliveira Lima³.

² FERREIRA (1996, p.24-25 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

³ LIMA (1917).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

També dista de Recife cerca de 90 km, e, atualmente, faz divisa urbana com a cidade paraibana de Pedras de Fogo, cujo nome, talvez seja uma referência ou homenagem indireta ao “Areópago” de Manoel Arruda Câmara, pois, o vocábulo “*Itambé*”, em tupi-guarani significa “*pedra-de-fogo*”. Já “Areópago”, segundo alguns dicionários, é o nome de uma colina situada em Atenas, na Grécia, consagrada a Ares, o deus da Guerra.

Egresso da Ordem dos Carmelitas Descalços, Arruda Câmara estudou em Coimbra, mas incompatibilizado por suas ideias, passou para Montpellier, onde formou-se em medicina e foi provavelmente “Iniciado” na Maçonaria. Lá chegando, tem-se como certa a sua matrícula no dia 15 de agosto de 1790. Durante a sua estada na França, aproximou-se de grandes vultos franceses, dentre os quais, conheceu pessoalmente o mestre Lavoisier e estreitou laços de amizade com D’Alembert e Condorcet, ambos membros da Loja “Nove Irmãs”. E quando desembarcou no Brasil, ele trazia o Diploma Universitário de Médico e Botânico numa das mãos e o de Mestre Maçom na outra⁴.

Ao que complementa o pesquisador Antônio do Carmo Ferreira⁵:

“Aí, pelos anos de 1792/1793, o Frei Manoel do Coração de Jesus, carmelita do Convento de Goiana, Pernambuco, viaja à Europa, para beber, na fonte, a doutrina da liberdade. Passa rapidamente por Coimbra e vai a Montpellier, na França, onde se forma médico, com especialidade em Botânica, inicia-se na ‘Arte Real’, conhece outros sonhadores com as mesmas ideias de Pátria e de libertação; e retorna à sua terra, já com o nome de batismo de Manoel de Arruda Câmara. No inverno de 1796, estava ele em Goiana, de retorno, quando, então, fundou, no povoado de Itambé, o ‘Areópago’, centro de união, em que os idealistas e revolucionários se encontravam para doutrinação e difusão das ideias direcionadas para a consecução de uma Pátria republicana para os brasileiros”.

⁴ ALVES (1996, p.94 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

⁵ FERREIRA (1996, p.25 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

O objetivo daquela sociedade era formar os instrutores que deveriam aguçar no povo a consciência em prol da emancipação política do Brasil, sob o regime republicano. Assim como outras sociedades e grupos, o “Areópago” congregava maçons – a maior parte Iniciados na Europa – e que discutiam, entre outros assuntos, temas inerentes à Ordem Maçônica e à libertação da Pátria.

A primeira tentativa do “Areópago” para tornar Pernambuco independente foi realizada em 1801.

Segundo consta, os conspiradores haviam contatado alguns dos agentes de Napoleão Bonaparte que lhes haviam assegurado o apoio necessário para a revolução que seria deflagrada em breve.

Mas, a 21 de maio de 1801, um delator anônimo informou às autoridades da capitania os planos dos conjurados, o que conduziu à detenção de diversos implicados. Foram presos Francisco de Paula Cavalcanti, o seu Irmão Luiz Francisco e várias outras pessoas.

O outro irmão, José Francisco, encontrava-se em Lisboa, cumprindo o encargo de emissário dos revolucionários, e, por isto, escapou à prisão fugindo para a Inglaterra.

Instaurado o processo de “Devassa”, todavia, todos os investigados vieram a ser absolvidos mais tarde, supostamente “*por falta de provas*”. As más línguas, porém, aviltam que os irmãos Cavalcanti, para “*comprar a liberdade*”, gastaram “*rios de dinheiro*”.

O episódio é pouco conhecido na historiografia oficial, uma vez que a “Devassa” correu em sigilo absoluto, à época, devido à elevada posição social dos implicados⁶.

Segundo o pesquisador Aduino Barreto⁷:

⁶ BARRETO (2015, p.11).

⁷ BARRETO (1996, p.20 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

“Já em 1801, tem-se como certo, houve uma débil tentativa de emancipação que falhou, sem acarretar maiores consequências. Foram seus promotores os Irmãos Arruda Câmara e Cavalcanti de Albuquerque. Estes foram presos e soltos logo mais, por falta de provas. Dizem que Napoleão Bonaparte, que também era maçom, assumiu compromisso com os rebeldes e tentou apoiá-los”.

A Influência do “Areópago de Itambé” foi deveras marcante no engatinhar histórico da Maçonaria brasileira; assim como no processo de formação histórica da nossa Pátria. Os ideais de Arruda Câmara, do Padre Roma, do Padre Miguelinho, Frei Caneca e Cônego Joaquim Antônio das Mercês tomaram conta dos homens mais ilustres desta terra.

O ideal da Independência, lançado em 1792 em Minas Gerais pelos inconfidentes, chegou ao “Areópago”, e ali difundido, apregoado, propagado e executado por seus filiados culminou na “Conspiração dos Suassunas”, que daria origem à “Revolução Pernambucana” (1817) e, posteriormente, à própria Independência de 1822, se estendendo para a “Confederação do Equador” (1824) e desaguando na “Revolução Farroupilha” (1835-1845).

Morta a conspiração, o “Areópago” foi dissolvido. A luta, contudo, prosseguiu.

Se alguém imaginou que fechando a entidade, o grupo iria se dispersar, enganou-se redondamente. Em seguida ao seu fechamento, o “Areópago” ressurgiu multiplicado, nas “Academias”, nas “Universidades” do Recife e de Igarçu, no “Seminário de Olinda”, e nas “Oficinas” dos Engenhos e das vilas.

Portanto, o “Areópago de Itambé”, conforme podemos concluir, foi o ponto de partida dos ideais maçônico-iluministas que tanto contribuíram para as drásticas mudanças que ocorreram depois dele, traçando um novo rumo na história do Brasil do século XIX – naquela que ousamos denominar como *“A Maçônica História do Brasil”*.

A CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNAS, O SEMINARIO DE OLINDA, AS ACADEMIAS, UNIVERSIDADES E OFICINAS (1802)



Ruínas da casa-grande do Engenho Suassuna, na cidade de Jaboatão. Era nela que os conspiradores costumavam se reunir.

A chamada “*Conspiração dos Suassunas*” foi uma revolta que ocorreu em Olinda, no alvorecer do século XIX.

Francisco de Paula Cavalcanti, logo que se viu livre das garras da justiça, internou-se no “Engenho Suassuna”. O “Areópago” foi fechado ainda em 1801, reabrindo pouco mais tarde, em 1802, sob o nome de “Academia dos Suassunas”, com sede no mesmo engenho, palco das reuniões dos antigos conspiradores e onde novos e numerosos adeptos foram se congregando.

Sobre o estado de espírito dos brasileiros em 1802, podemos analisar o testemunho do viajante anglo-saxônico Lindsey, que por sinal também era maçom

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

de longa data. Viajando pelo país, ao passar pela Bahia, em março desse mesmo ano, realça a parcialidade dos nativos “*pelos novos republicanos*”, isto é, os cidadãos dos Estados Unidos da América, e pelos “*princípios deles*”, ao que acrescenta de forma um tanto profética:

Há muito eu tenho observado isto como coisa geral, tanto aqui nesta Capitania, quanto em outras partes do Brasil, entre os elementos jovens da Sociedade; a qual se acha embebida de semelhantes noções tão efetivamente, de modo que não me admiraria que tal circunstância eventualmente causasse uma total mudança na sua situação política.

As discussões filosóficas e políticas no “Areópago”, paulatinamente evoluíram para uma conjuração contra o domínio de Portugal e para um projeto de emancipação de Pernambuco, constituindo-se ali a intenção de proclamar-se uma república. Integravam o grupo de conspiradores: os irmãos Francisco, Luiz e José de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o capitão André Dias de Figueiredo e os padres João Ribeiro Pessoa, Antônio Félix Velho Cardoso, João Pereira Tinoco e Antônio de Albuquerque Montenegro, Padre Roma, Padre Miguelinho e Frei Caneca, sendo um dos Cavalcanti proprietário do Engenho Suassuna, que daria nome ao movimento.

Ao mesmo tempo, Padres e alunos do “Seminário de Olinda”, fundado em 1800, também passaram a discutir ideias semelhantes. O “Seminário” era dirigido pelo Bispo D. Azeredo Coutinho, que também era maçom e por sua influência levou um sem número de padres e seminaristas a ingressarem na Ordem Maçônica. A Diocese de Olinda, comandada por D. Azeredo Coutinho, era composta por 121 paróquias, distribuídas pelas Capitanias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Rio São Francisco e Minas Gerais.

E foram os padres maçons políticos e revolucionários originários do Seminário de Olinda que se encarregaram de divulgar os ideais republicanos por toda essa região. As paróquias eram verdadeiras oficinas, onde as forjas de temperar

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

líderes revolucionários funcionavam dia e noite⁸.

Conforme Aduato Barreto⁹, *“o Seminário de Olinda, dirigido pelo Maçom, bispo Azeredo Coutinho, transformou-se numa colmeia revolucionária das mais ativas e influentes”*.

Paralelamente aos dois anteriores, sob a inspiração de Francisco Paes Barreto, foi criado outro foco de rebelião, a “Academia do Paraíso”, cuja administração futuramente caberia ao padre João Ribeiro Pessoa, que conspirava sob o manto de professor de desenho e que tinha como Secretário o Padre Francisco Muniz Tavares.

Fundados esses três centros de indubitável inspiração maçônica, as ideias democráticas e republicanas de Liberdade e de Igualdade rapidamente se irradiaram para toda a província; e a revolução começou, então, a ser preparada, em larga escala.

Com o passar do tempo, novas agremiações foram surgindo.

Morivalde Calvet Fagundes¹⁰ sobre isso expõe que:

“O Capitão-Mor Francisco Xavier de Novais Cavalcanti, de Igaraçu, associado das duas academias anteriormente citadas, funda, em sua residência, um novo núcleo, com o nome de ‘OFICINA’, filiado aos demais. Ao mesmo tempo, Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, já ‘Iniciado’ nas novas ideias na Europa, em meio ao grande entusiasmo com que reunia e banqueteava os patriotas em sua casa no Recife, funda a Loja Maçônica ‘Pernambuco do Oriente’. Já Domingos José Martins, amigo de Francisco Miranda e frequentador da Loja ‘Grande Reunião Americana’, em Londres, de onde trouxera instruções secretas para a revolução da América do Sul, e mestre do movimento em todo o Nordeste Brasileiro, cria,

⁸ CARVALHO (1996, p.154-155).

⁹ BARRETO (1996, p.21 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

¹⁰ FAGUNDES (1975, p.81).

da mesma forma que Cabugá, em sua própria residência, uma agremiação maçônica, à qual deu o nome de ‘Pernambuco do Ocidente’, em complemento à Loja de Cabugá. Entrementes, o notável cirurgião Vicente Ferreira dos Guimarães, mantinha, também em sua própria casa, uma ‘escola secreta’”.

O QUE REZA A HISTORIOGRAFIA OFICIAL

Abaixo transcrevemos algumas citações aleatórias recolhidas da historiografia oficial e que servem para comprovar o importantíssimo papel da Maçonaria nos bastidores do processo de Independência do Brasil, quando ainda em seus primórdios, através dos movimentos conspiratórios nascidos do “Areópago de Itambé”, da “Academia dos Suassunas” e demais associações de cunho libertário daquela época.

Manoel Gomes¹¹ relata que:

“Manoel de Arruda Câmara, médico formado pela Universidade de Montpellier e professor de botânica, Iniciado na Maçonaria na França, volta ao Brasil nutrido forte admiração pelos ideais da Grande Revolução, e funda, em 1800, o ‘Areópago de Itambé’, intencionalmente situado nas divisas de Pernambuco e Paraíba, a ele frequentando as pessoas mais ilustres de uma e outra província, em destaque, Francisco de Arruda Câmara, padre João Ribeiro Pessoa, padre Antônio Félix Velho Cardoso, padre José Pereira Tinoco e os irmãos Suassuna”.

Mário Melo¹² concorda, afirmando ainda que:

“Desprezando a tradição, podemos afirmar, baseados em documentos oficiais, que a primeira Loja Maçônica, associação secreta movida pela liturgia, com fins político-sociais, fundada no Brasil, foi o ‘Areópago de Itambé’ (Pernambuco), fundado no último quartel do século XVIII, em 1796”.

¹¹ GOMES (1975, p.37).

¹² MELO (in: “Livro do Centenário Maçônico” – capítulo “A Maçonaria no Brasil”).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

E Gustavo Barroso¹³ complementa:

“Um dos Arruda Câmara, o botânico e médico formado em Montpellier, partidário exaltado das ideias francesas, fundara o ‘Areópago’, sociedade secreta, intencionalmente posto nos limites de Pernambuco e Paraíba, que doutrinava para a democracia e a revolução maçônica, sementeira de onde brotaram os grandes movimentos revolucionários do Brasil, no séc. XIX. Do ‘Areópago’, provém a ‘Academia dos Suassunas’, a ‘Academia do Paraíso’, a ‘Escola Secreta’ de Vicente Ferreira dos Guimarães, a ‘Universidade Secreta’ de Antônio Carlos e a ‘Oficina de Igaracu”.

Já Hércule Spoladore¹⁴ se refere a esse momento específico da nossa *“Maçônica História do Brasil”* com as seguintes palavras:

“O Areópago de Itambé, sociedade secreta criada propositalmente entre a divisa de Pernambuco com a Paraíba, longe dos maiores centros, foi a primeira e verdadeira escola de revolucionários do Brasil, onde os ensinamentos eram teóricos, profundos e duradouros. Era pregada uma revolução doutrinada, que no seu devido tempo iria inflamar a colônia trazendo sua liberdade em forma de República. Data de 1796, a fundação do Areópago de Itambé pelo Dr. Manuel de Arruda Câmara. Desta instituição nasceria o germe revolucionário de 1817 e também da Confederação do Equador de 1824”.

Ulisses Brandão¹⁵, em sua obra *“A Confederação do Equador (1824-1924)”*, assim se reporta sobre o *“Areópago de Itambé”*:

[...] O “Areópago de Itambé”, onde Arruda Câmara pontificava, vale mais para a nossa História do que o “Apostolado” de José Bonifácio. Pois que o “Areópago de Itambé” foi o primeiro, a estação inicial de radioatividade democrática, o portador dos mais alevantados ideais de Independência, de república, de democracia.

¹³ BARROSO (1939, p.206).

¹⁴ SPOLADORE (2015, p.19).

¹⁵ BRANDÃO (1924, p.69).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

E sobre a influência maçônica do “Areópago”, Mário Melo¹⁶ nos elucida:

“Talvez o nome de ‘Areópago’, aliás, na Maçonaria, significativo de graus elevados, ocultasse os desígnios maçônicos das reuniões dos sócios, porque era crime de pena última, o cidadão professar ou mostrar-se simpático à poderosa sociedade que ainda hoje é a mola da civilização e tem resolvido todos os problemas sociais”.

Manoel Oliveira Lima¹⁷ possui a mesma opinião:

O “Areópago de Itambé” era uma sociedade secreta política e maçônica no seu espírito, senão pelo rito que lhe teria sido posterior.

Opinião que também encontra eco nas palavras de Francisco Muniz Tavares¹⁸:

O “Areópago” e as “academias” eram, conseqüentemente, verdadeiros pseudônimos, de um manto de tonalidade clássica sob o qual se abrigavam intuítos modernos, levados a efeito em sigilo, como o eram os processos da Inquisição, inimiga moribunda da Maçonaria triunfante. Os rigores da política contemporânea faziam necessária toda a cautela.

De acordo com M. L. Machado¹⁹:

Era o “Areópago” uma sociedade política secreta, intencionalmente colocada na raia das províncias de Pernambuco e Paraíba, frequentada por pessoas salientes de uma e outra parte, de onde saíram, como do centro para a periferia, sem ressaltos, sem arruídos, as doutrinas ensinadas. Tinha por fim tornar conhecido o estado geral da Europa, os estremecimentos e destroços dos governos absolutos, sob o influxo das ideias democráticas. Era uma espécie de magistério que instruía e despertava entusiasmo pela república, mais em harmonia com a natureza e

¹⁶ MELO (1912, p.8).

¹⁷ LIMA (1917, p.73).

¹⁸ TAVARES (1917, p.76).

¹⁹ MACHADO (1917, p.24).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

dignidade do homem; e ao mesmo tempo inspirava ódio à tirania dos reis. Era, finalmente, a revolução doutrinada, que traria oportunidade à Independência e o governo republicano a Pernambuco.

E novamente Gustavo Barroso²⁰, agora comentando sobre o “Seminário de Olinda”:

O que há, entretanto, de positivo, por constatação histórica sobre a introdução da Maçonaria no Brasil é que em 1800 se criara uma Loja Maçônica em Pernambuco, com intuítos puramente políticos, como núcleo para a instalação de outras e da qual faziam parte nomeadamente, os padres Miguel Joaquim de Almeida Castro, João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro e Luiz José Cavalcanti Lins, os dois primeiros lentes do “Seminário de Olinda” e o terceiro vigário de Santo Antônio do Recife, iniciados maçons em Lisboa, no ano de 1807.

Sobre o fim do “Areópago”, Manoel Gomes²¹ esclarece que:

Dissolvido em 1801, em virtude da conspiração dos irmãos Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque e Luiz Francisco, que teve por objetivo fazer de Pernambuco uma república independente. Surgem, em substituição, ou melhor, em continuação, a “Academia dos Suassunas”, dos irmãos Luiz Francisco e Francisco de Paula Cavalcante Albuquerque; a “Universidade Democrática”, com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva; a “Academia do Paraíso”, com Vicente Ferreira Guimarães e a “Oficina de Igarapé”, com Francisco Xavier Cavalcante.

A respeito disso Hércule Spoladore²² também segue a mesma concepção:

O Areópago foi dissolvido em 1801, mas deixou sua marca indelével. Era uma entidade paramaçônica. Em 1802 funda-se em Pernambuco, a “Academia Suasuna”, que veio para substituir o “Areópago” e que passou para a história como a

²⁰ BARROSO (1939, p.206).

²¹ GOMES (1975, p.37).

²² SPOLADORE (2015, p.20).

“Conspiração dos Suassunas”. Pretendiam chamar sobre si a proteção de Napoleão Bonaparte. Esta conspiração não passou para adiante, pois houve delação, sendo os principais líderes do movimento presos. Já estava ali, entretanto, a semente do “Areópago” germinando. Foram os seus fundadores, os padres Francisco de Paula Cavalcanti, Frei Caneca e padre Miguelinho.

CAUSAS E ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO

A Revolução Pernambucana de 1817 foi um movimento revolucionário, com forte caráter nacionalista, realizado no sentido de implantar a República em Pernambuco. Ela contou com grande participação maçônica, a começar pela de seu líder, Domingos José Martins, nascido em Itapemirim (ES), em 1771, e estabelecido no Recife, com uma firma importadora e exportadora, que o obrigava a fazer frequentes viagens à Inglaterra. Foi aí que ele acabou entrando em contato com agrupamentos maçônicos, sendo encaminhado à Iniciação, em 1812, por Hipólito José da Costa, o “Patriarca da Imprensa Brasileira”, e Francisco Miranda, o grande comandante da emancipação da América Espanhola²³.

Nas palavras de Hércule Spoladore²⁴:

“A revolução de 1817 foi totalmente de caráter liberal e republicana. É necessário frisar que Pernambuco vinha mostrando características regionais especiais próprias dentro da nossa História, pois pelo fato de ter expulsado os holandeses e a ‘Guerra dos Mascates’ em 1710, fez com que os pernambucanos se contaminassem mais cedo do que as demais partes da colônia com os desejos de autonomia e nacionalismo. A Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa vieram ainda mais atizar os sentimentos libertários. E o ‘Areópago de Itambé’ foi apenas o reinício dos sentimentos de liberdade”.

²³ CASTELLANI (2001, p.46).

²⁴ SPOLADORE (2015, p. 22).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Conforme o historiador Manoel Gomes²⁵:

“Duas foram as causas determinantes do movimento emancipacionista de 06 de março de 1817: a Independência sob regime republicano e a rivalidade entre nacionais e portugueses”.

Em outras palavras, na “Revolução Pernambucana”, os revoltosos queriam proclamar a República; e com isso acabar com o sistema de governo opressor existente em Pernambuco.

Vários fatores aglutinados entre si causaram a revolução.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, fugindo do bloqueio continental imposto por Napoleão Bonaparte à Europa, e à conseqüente invasão de Portugal pelas tropas francesas. Vieram cerca de 15.000 pessoas que precisavam ser sustentadas pelo governo. Os brasileiros foram obrigados a alojarem esta multidão de portugueses. Começou a faltar tudo. A maioria (nobres e funcionários do governo português) passou a ocupar os principais postos na administração (mantinham os cargos somente para receber pagamentos). O governador de Pernambuco, assim como os das demais províncias, era obrigado a enviar grandes somas de dinheiro para o Rio de Janeiro, e com isso, atrasava o salário dos soldados e dos funcionários da província, causando um descontentamento geral no povo pernambucano²⁶.

Nenhum outro período da história brasileira testemunhou mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os treze anos de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro. No espaço de menos de uma década e meia, o Brasil deixou de ser uma simples colônia isolada e atrasada passando por uma série de decretos e atos que provocariam um surto de prosperidade sem precedentes na história da América portuguesa.

²⁵ GOMES (1975, p.43).

²⁶ BARRETO (2015, p.12).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Em 22 de janeiro de 1808, apenas uma semana após o desembarque da Família Real na Bahia, foi anunciada a abertura dos portos às nações amigas. Essa medida, combinada com o fim da proibição de manufaturas e a concessão de maior liberdade comercial, representava, na prática, o fim do período colonial brasileiro. Pela primeira vez, em mais de três séculos de exploração, o país estava livre do regime de monopólio português para integrar-se ao sistema internacional de produção e comércio.

No tempo que passou no Brasil, D. João ordenou melhorias nas redes de comunicação entre as diversas regiões, abertura de novas estradas, estímulos à navegação fluvial, a criação de uma escola de medicina em Salvador, a construção de Teatros e praças e a implantação de instituições que até então só existiam na metrópole portuguesa, como Tribunais de Justiça, Intendência de Polícia, Erário Régio (equivalente à atual Casada Moeda), criação do Banco do Brasil. Outra mudança que futuramente traria um grande impacto para o país foi o surgimento de uma imprensa nacional, proibida no país até 1808.

As mudanças teriam seu ponto culminante em 16 de dezembro de 1815, quando por ocasião do aniversário da rainha D. Maria I, D. João VI promoveu o Brasil à condição de “Reino Unido a Portugal e Algarves”, ficando o Rio de Janeiro como sede oficial da Coroa, o que na prática fazia com que se invertessem os papéis, transformando virtualmente o Brasil em metrópole e rebaixando Portugal à condição de Colônia.

Uma curiosidade, segundo o escritor José Castellani²⁷, é que havia Lojas Maçônicas em funcionamento na própria Corte de D. João VI. Duas delas, fundadas no Rio de Janeiro em 1815, chamavam-se “Beneficência” e “São João de Bragança”, cujo nome seria uma velada homenagem ao soberano, suspeito de ter

²⁷ CASTELLANI (1996, nº 28).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

conhecimento e de tolerar as atividades da Maçonaria nas dependências do Palácio Real. Um dos seus ministros mais poderosos, D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, responsável pela mudança da Família Real para o Brasil em 1808, teria sido maçom.

Aliado a tudo isso, fundou-se em Pernambuco, ainda em 1809, uma Loja Maçônica²⁸ da qual fizeram parte os padres Miguel Joaquim de Almeida Castro, João Ribeiro Peixoto e Luiz José Cavalcante Lins. Esta Loja teve intentos puramente políticos e os padres que dela fizeram parte tinham sido Iniciados em Lisboa. Os dois primeiros eram lentes (professores) do Seminário de Olinda, e o terceiro, vigário de Santo Antônio de Recife. Almeida Castro e João Ribeiro foram figuras de relevo na Revolução de 1817.

Em 1810 morreu o grande idealista Manuel de Arruda Câmara. O mundo já não era o mesmo. Todavia, o ideal republicano, a cada dia que passava ia angariando adeptos, aqui, ali e além. Seu exército crescia em toda parte. E, refugiadas em fazendas e engenhos de Pernambuco, as sociedades secretas, disfarçadas de “Academias”, “Oficinas” e “Universidades”, filhas diletas do “Areópago de Itambé”, iam forjando líderes e heróis, nas noites quentes do sertão. Enquanto isso, nos conventos e seminários de Olinda e Goiana, os padres e maçons, por trás dos seus hábitos escuros, traçavam os caminhos da revolução. Do Bispo de Olinda – o Irmão Dom Azeredo Coutinho ao secularizado Padre Roma – o proselitismo era feito, de boca a boca, em reuniões, nos confessionários, nos altares das suas paróquias e igrejas, em toda parte. A Pátria precisava ser libertada, o povo brasileiro estava cansado de tanto sofrer²⁹.

Antes de Manuel de Arruda Câmara morrer, porém, consta que o padre João Ribeiro, escrevendo-lhe, recomendava³⁰:

²⁸ GOMES (1975, p.38).

²⁹ CORDEIRO (2008, p. 48).

³⁰ FAGUNDES (1975, p. 82).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

“Remete logo a minha circular aos amigos da América Inglesa e Espanhola; sejam unidos com esses nossos ‘irmãos’ americanos, porque tempo virá de sermos todos um”.

Era a confirmação da unidade revolucionária maçônica sul e norte-americanas, pelo menos em sentido, princípios e finalidades.

Por toda parte, em Portugal, nas ilhas, no Brasil, entre 1800 e 1820 as Lojas Maçônicas fomentavam o distúrbio latente, o mútuo auxílio dos conspiradores liberais, a coligação dos que fariam, um dia, a revolução contra a realeza histórica³¹.

A Maçonaria local procurava, desde a fundação do “Areópago de Itambé”, em cada vila principal Iniciar o seu respectivo capitão-mor, de modo que cada um desses organizasse a sua própria academia, grêmio ou sociedade secreta. Por outro lado, os padres-maçons, com grande influência sobre as populações em geral, mas, sobretudo no que se refere às do interior, trabalhavam ativamente junto aos senhores de engenho e autoridades nas vilas e povoados, de origem brasileira.

Hércule Spoladore³² relata que Arruda Câmara, ao falecer em 02 de outubro de 1810, deixou uma resposta para o Padre João Ribeiro onde menciona uma *“obra secreta que deveria ser enviada à América Inglesa por conter coisas importantes que não convém o feroz despotismo ter dela conhecimento”.*

Em 1812, em Londres, Hipólito José da Costa – o fundador da imprensa brasileira - iniciava, na Loja “Antiquity”, o profano Domingos José Martins, o qual logo mais partiria para o Brasil, a fim de cumprir o seu destino histórico³³.

Em 1815, a Câmara de Igarauçu, fortemente influenciada pela “Oficina” de

³¹ CALMON (1941, p.58).

³² SPOLADORE (2015, p. 22).

³³ BARRETO (1996, p.20-21 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Francisco Xavier Cavalcanti, dirigiu uma reclamação diretamente ao Rei, em termos tão veementes, que este ordenou ao Governador da Capitania que não conhecesse dos motivos da queixa, mas que procurasse com muito cuidado conhecer o oficial audacioso que a escrevera e verificasse se havia por ali outras pessoas que por suas opiniões e discursos fossem perigosas.

E em 1816 a situação econômica na região não era nada boa. O algodão e o açúcar estavam com a sua produção abaixo dos últimos dez anos. Não bastasse, a vinda da Família Real trouxe inúmeros problemas, como, por exemplo, um aumento abusivo de impostos. Esta crise fez com que as ideias revolucionárias aumentassem ainda mais e fossem bem aceitas.

O planejamento do levante, também conhecido por alguns como “A Revolução dos Padres”, já que havia cerca de setenta padres envolvidos, foi feito através de sucessivas reuniões na residência do patriota maçom Domingos José Martins, nascido no Espírito Santo e radicado em Pernambuco desde 1814³⁴.

Sobre isso, Morivalde Calvet Fagundes³⁵ ressalta ainda que:

“Desde 1814, Domingos José Martins e Domingos Teotônio Jorge, ambos maçons, entravam em confabulações com chefes políticos de prestígio no Maranhão, no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, na Bahia e até no Rio de Janeiro. Em 1815, partiu Domingos José Martins para a Europa, a fim de reatar as ligações com as Lojas Maçônicas que amparavam o movimento americano”.

Dois fatos concorreram para que se estabelecessem condições favoráveis à pregação dos idealistas comprometidos no levante que se planejava nas sociedades maçônicas. O primeiro foi a má administração do então Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro; não havia tranquilidade na Capitania: matava-se, e o crime não era punido; roubava-se o povo e o próprio governo.

³⁴ SPOLADORE (2015, p.22).

³⁵ FAGUNDES (1975, p.82).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

A justiça venal já não tinha preço. Imperava a desordem e, em consequência, a insegurança. E o segundo fato foi a seca de 1816, que contribuiu para agravar as condições de vida da população, em virtude da exploração desenfreada dos comerciantes portugueses³⁶.

No final de 1816, em Pernambuco, conspirava-se abertamente. Nas Lojas Maçônicas e nos “Grêmios” então fundados, cujas denominações serviam para despistar as autoridades, pregavam-se as ideias, traçavam-se os planos e combinavam-se as providências³⁷.

Deve-se observar que no final do século XVIII o Brasil possuía agrupamentos secretos com características maçônicas, funcionando como clubes, ou mesmo academias, e que na realidade não eram Lojas Maçônicas como conhecemos atualmente, mas tinham a participação de lideranças maçônicas. É o caso do famoso “Areópago de Itambé”, localizado entre os estados de Pernambuco e da Paraíba; fundado em 1796, por Manuel de Arruda Câmara, um ex-frade carmelita e médico pela Faculdade de Montpellier, na França³⁸.

É também mencionada, entre os anos 1809 e 1816, a existência de várias Lojas em Pernambuco. Quatro delas, entre as quais a Loja “Restauração” e a Loja “Patriotismo” chegaram a formar uma Grande Loja Provincial. Cita-se ainda as Lojas “Guatimozin”, “Pernambuco do Oriente” e “Pernambuco do Ocidente”, entre outras. Todas estas Lojas tinham, no entanto, um cunho essencialmente político e preparavam uma revolução de caráter republicano.

O movimento emancipacionista encabeçado pelos maçons, entre os quais muitos padres, malogrou por ter eclodido prematuramente. Nesta Revolução Pernambucana de 1817 muitos brasileiros patriotas perderam a vida³⁹.

³⁶ BARRETO (1996, p.20 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

³⁷ BARRETO (1996, p.20 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

³⁸ CORDEIRO (2008, p.23).

³⁹ ASLAN (1997, p.97-98).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Em 1816 foi instituída, em Olinda, a “Academia do Paraíso”, continuadora dos ideais do “Areópago de Itambé” e da “Academia dos Suassunas”, fundada pelo padre Miguelinho e o Dr. José Luiz de Mendonça. A ela foi atraído o espírito liberal do Padre João Ribeiro e ainda veio se juntar ao grupo de Domingos Martins. Trabalhavam no “Hospital de Paraíso” que Paes Barreto administrava e lá surgiu a “academia” de mesmo nome. Todos os participantes desta academia tornar-se-iam figuras importantes na revolução de 1817⁴⁰.

O historiador Mário Melo⁴¹ nos fornece uma luz um pouco mais abrangente sobre essas agremiações:

Essas sociedades secretas, quer se chamassem “Areópagos”, “Academias”, “Lojas”, “Oficinas”, “Universidades” ou coisa semelhante, eram Lojas Maçônicas para aqui transplantadas pelos espíritos adiantados que se Iniciavam na Europa ou nos Estados Unidos, diferindo de nome justamente para causar confusão e desnortear o governo português, não levantar suspeitas e melhor propagar as ideias da Democracia, disfarçadamente.

Como se vê, os principais núcleos ativos de agitação e propaganda tinham sido criados e estavam interligados entre si, formando uma extensa rede conspiratória, que difundia a ideologia maçônica e explorava as contradições internas. O clima de subversão estava criado. Proeminentes chefes militares garantiam o necessário apoio armado. Para a entrada em ação só faltava a hora “H”, que seria dada pela ocorrência de um fato qualquer, de repercussão social e política, favorável aos revolucionários e desfavorável ao governo.

Não podemos esquecer ainda que, além dos EUA que eram republicanos desde 1776, na América do Sul, tanto a Venezuela (1810) como a Argentina (1816), por interferência direta da Maçonaria já tinham se declarado independentes do domínio espanhol; fato que, por si só, fomentava nos maçons e patriotas

⁴⁰ SPOLADORE (2015, p.20).

⁴¹ (MELO, 1912)

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

brasileiros os anseios por liberdade.

Enfim, a crise econômica e o descontentamento com a administração portuguesa fizeram com que as ideias liberais francesas e americanas encontrassem em Pernambuco um campo fértil para a Revolução⁴².

E ela veio. Chegou. Banhada em sangue, mas chegou.

Em 06 de março de 1817 eclodiu a “Revolução Republicana” que abalaria, para sempre, os alicerces do Império Português instalado neste lado da América. Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará foram às armas e assumiram o poder na Capitania de Itamaracá, estabelecendo, no Recife, o “Primeiro Governo Republicano” no Brasil⁴³.

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO DOS PADRES



A História tem demonstrado, e neste ponto mais do que em qualquer outro, que mesmo a despeito das proibições papais, bulas antimaçônicas e feroz perseguição, nada seria capaz de impedir, a bem da realidade, que eminentes vultos da própria Igreja Católica abraçassem com extremo vigor e paixão os ideais maçônicos de “*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*”, sem que isso acarretasse qualquer tipo de prejuízo às suas crenças e fé cristãs.

⁴² GOMES (2014, p.249).

⁴³ CORDEIRO (2008, p.49).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Com base nessa assertiva, torna-se lícito conjeturarmos que, pelo menos em uma coisa, a “Revolução Pernambucana” de 1817 diferiu da “Conjuração Mineira” de 1789: enquanto que na “Inconfidência Mineira” o movimento se circunscreveu a um grupo de intelectuais e patriotas extremados em busca de apoio das massas pela persuasão dos espíritos e de forma precipitada, a “Revolução Pernambucana” ocorreu de forma organizada e condução eficiente, justamente por aqueles que mantinham em suas mãos as rédeas do governo espiritual do povo – os padres⁴⁴.

Eles não só se aliaram aos maçons, mas mais do que isso, entraram para a Maçonaria e nenhum ocultava a sua qualidade de maçom.

Os sacerdotes, em sua esmagadora maioria maçons, formavam a classe mais instruída do país e por este fato se aninhava entre eles o mais veemente amor à liberdade.

Dentre tantos religiosos revolucionários de 1817, salienta-se o vulto singular de Padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, na época com 51 anos de idade. Filho de gente humilde havia se instruído com o sábio Arruda Câmara, em cujo “Areópago de Itambé” recebeu também a luz dos ensinamentos maçônicos.

Em 1809 fazia parte da primeira Loja Maçônica de Recife, junto com o padre Miguelinho. Tão importante foi a sua participação na revolução de 1817, que dos cinco nomes que figuravam na lista dos componentes do Governo Provisório Revolucionário o seu vinha em primeiro lugar.

Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro (Miguelinho) era natural do Rio Grande do Norte. Dotado de grande cultura, cedo se sentiu empolgado pelas ideias liberais, iniciando-se nas sociedades secretas, o ocorreu em 1807, em Lisboa. Padre Miguelinho foi um ardoroso propagandista revolucionário. Eclodido o movimento de 1817 foi escolhido para Secretário do Governo Provisório.

⁴⁴ FAGUNDES (1975, p.86).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Foi de sua autoria a maioria das proclamações desse governo.

E ainda cabe-nos citar o vigário do bairro Santo Antônio, em Recife, o padre Luiz José Cavalcanti Lins, feito maçom juntamente com Miguelinho em Lisboa, em 1807 e o José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima (o Padre Roma), preso em Salvador e executado em 1817 quando tentava sublevar as províncias da Bahia e Alagoas.

Mas de nada adiantaria se eles não tivessem tido, com a devida antecedência, um centro formador por excelência, que lhes incutisse unidade de doutrina e de ação. E esse centro foi o “Seminário de Olinda”, que segundo Pedro Calmon⁴⁵: “[...] constituiu-se em um dos núcleos revolucionários mais intensos e influentes desse tempo”.

Já a alma e o cérebro desse Seminário foi o Bispo de Olinda, Dom José Joaquim de Azeredo Coutinho, nascido em 1743 em Campos de Goitacazes, no Rio de Janeiro, e formado pela Universidade de Coimbra, onde certamente foi Iniciado nos augustos mistérios, visto que foi maçom dos mais ilustres, atingindo o Grau 33 da sublime ordem⁴⁶.

Em 1796, D. Azeredo Coutinho foi sagrado bispo da Diocese de Olinda e Governador Civil de Pernambuco. Interessado em difundir o ensino em sua pátria, instou junto à Rainha D. Maria I que lhe entregasse o antigo Colégio dos Jesuítas a fim de ali instalar um seminário, o que prontamente lhe foi concedido; de modo que, em 22 de fevereiro de 1800, inaugurava-se o famoso “Seminário de Olinda”⁴⁷.

A ação do bispo-maçom de Olinda foi tão revolucionária que ele teve de defender-se, posteriormente, de acusações de algumas autoridades locais. Foi inocentado, mas contra isso se levantou o desembargador José Albano Fragoso, em

⁴⁵ CALMON (1943).

⁴⁶ CASTELLANI (1997, p.22).

⁴⁷ FAGUNDES (1975, p.86).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

nota de 19 de julho de 1817⁴⁸, afirmando ser totalmente contraditório condenar-se à morte o Padre Miguel (alinhado Miguelinho), que foi secretário do Bispo, e deixar imune a primeira Dignidade Eclesiástica, que segundo dizia “*era membro de empestada seita*” – note-se que à época, os membros da Maçonaria eram chamados pelos absolutistas pejorativamente de “*maçons pestilentos*”.

Hoje sabemos que desde 1808 entravam francamente no Seminário livros estrangeiros, muitos dos quais dos famosos iluministas-maçons que em 1789 haviam inspirado a Revolução Francesa (Voltaire, Diderot, D’Alembert, Necker e Turgot entre outros), sempre com a autorização do Bispo Azeredo Coutinho.

Ainda segundo o eminente historiador Morivalde Calvet Fagundes⁴⁹, em 1809 criou-se uma Loja Maçônica em Pernambuco com intuítos puramente políticos como núcleo de partida para a formação de outras e da qual faziam parte nomeadamente os padres João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, Miguel Joaquim de Almeida Castro (Miguelinho) e Luiz José Cavalcanti Lins, sendo os dois primeiros, lentes do “Seminário de Olinda”. Todos três Iniciados maçons em Lisboa, no ano de 1807.

Conforme Hércule Spoladore⁵⁰, o levante também foi chamado por alguns historiadores de “Revolução dos Padres”, já que, de acordo com os quais, havia mais de setenta padres envolvidos.

De fato, somente a influência de um estabelecimento tão liberal quanto o “Seminário de Olinda” seria capaz de explicar a adesão de tão grande contingente de eclesiásticos e membros da Igreja à revolta armada de 1817, a ponto de poder ser chamada de “Revolução dos Padres”.

Alinhado com essa linha de pensamento, Gustavo Barroso⁵¹ afirma que:

⁴⁸ DOCUMENTOS HISTÓRICOS (BIBLIOTECA NACIONAL)

⁴⁹ FAGUNDES (1975, p.87).

⁵⁰ SPOLADORE (2015, p.22).

⁵¹ (BARROSO, 1939).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

“É digno de nota o grande número de sacerdotes e religiosos que tomaram parte ativa nas revoluções”.

Abaixo segue uma relação de religiosos, a maioria dos quais maçons ou simpatizantes da ordem, e que tiveram participação ativa na Revolução Republicana de 1817, em conformidade com os relatos do historiador Manoel Gomes⁵²:

Deão: Bernardo Luiz Pereira Portugal;

Cônegos: Manoel Vieira de Lemos Sampaio, Inácio Alves Monteiro, João Rodrigues Mariz e Joaquim Antonio das Mercês;

Vigários e padres: João Cavalcante de Albuquerque, Antônio de Almeida Azevedo, Antônio Jácome Bezerra, Virgílio Rodrigues Campelo, José Gomes Chacon, João Barbosa Cordeiro, Manoel Gonçalves Fontes, Veríssimo Machado Freire, Luiz José de Albuquerque Cavalcante Lins, Francisco da Costa Medeiros, José Ferreira Nobre, Miguel Carlos da Silva Saldanha, Francisco de Sales Coelho da Silva e Pedro de Souza Tenório.

Coadjuutores e outros clérigos: João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, Antônio Pereira, José Martiniano de Alencar, Manuel José de Assunção, Francisco Manoel de Barros, Francisco Muniz Tavares, José Inácio de Brito, Antônio Felix Velho, Miguel Joaquim de Almeida Castro, José da Costa Cirne, João Batista da Fonseca, Inácio de Almeida Fortuna, Francisco Xavier Garcia, José Felipe de Gusmão, João Gomes Lima, José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, Antônio José Cavalcante Lins, Francisco Dias de Oliveira, Venâncio Henrique de Rezende, Luiz José Correa de Sá, Carlos José dos Santos, Inácio Bento, Luiz Carlos Coelho da Silva e Gonçalo Inácio de Loyola.

Freis regulares: Joaquim do Amor Divino Caneca (Frei Caneca), João Loureiro, Francisco de Santa Mariana, Francisco de São Pedro, João da Cruz, Fran-

⁵² GOMES (1975, p.53-54).

cisco de Santana Brito, José Maria do Sacramento Brainer, João de Santa Miquilina e Donato Jacinto Luiz de Melo.

De todos estes, segundo o referido autor, dois suicidaram-se, quatro perderam a vida em patíbulos por sentenças de comissões militares e a maior parte dos demais sofreu pena de quatro anos de prisão na Bahia.

OS PREPARATIVOS PARA A REVOLUÇÃO



A árvore se conhece pelos frutos, diz o ditado.

Como os pernambucanos, em apenas 24 horas alcançaram o primeiro estágio da ação revolucionária, conquistando a cidade do Recife, depreende-se que a ação preparatória foi efficientíssima.

Conforme a descrição de Aduino Barreto⁵³:

“Com a chegada de Domingos José Martins, juntamente com o Capitão Domingos Teotônio Jorge, vindos da Europa, imbuídos dos sãos princípios da Maçonaria e instruídos no processo de preparação da revolta, intensificaram-se as atividades dos conspiradores. O movimento, planejado e orientado pelos maçons, agora tomava vulto. Novas Lojas se criavam para o mesmo fim, não só em Pernambuco, mas em todo o Nordeste, existindo entre elas regular articulação”.

⁵³ BARRETO (1996, p.21 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

“O ‘Areópago de Itambé’ do Padre Arruda Câmara; a ‘Academia do Paraíso’ do Padre João Ribeiro; a ‘Universidade Secreta’ de Antônio Carlos de Andrada e Silva; a ‘Escola Secreta’ de Guimarães Peixoto, a ‘Oficina de Igaraju’, as Lojas Maçônicas ‘Patriotismo’, ‘Pernambuco do Oriente’, ‘Pernambuco do Ocidente’ e ‘Restauração’ de Olinda e a ‘Cavaleiros da Luz’ de Salvador entre muitas outras, inclusive pequenos grupos de maçons em cidades e vilas das diversas capitanias situadas no Nordeste, aceleraram a preparação daquela arrancada épica, aguardando os conspiradores o momento propício para o desfecho final”.

O planejamento do levante – também chamado por alguns de “Revolução dos Padres”, já que havia mais de setenta padres envolvidos – foi realizado através de sucessivas reuniões na residência do patriota maçom Domingos José Martins, nascido no Espírito Santo e radicado em Pernambuco desde 1814. As sociedades secretas incendiando as opiniões. A casa dele funcionava como uma espécie de “Grande Loja”, de onde partiria a palavra de ordem para a revolução iminente.

As minorias ativas, fermentadas nas Universidades europeias, bem como no “Seminário-Universidade de Olinda”, e em seguida nucleadas nas Lojas Maçônicas, partiram logo para a impregnação psicológica das massas, cada qual agindo no setor específico de suas atividades e dentro das suas relações humanas⁵⁴.

Foi aí que começou a avultar o trabalho dos padres, pela sua extensão e profundidade, de modo que a grande força psicológica e moral da Revolução foram as Igrejas e os párocos, que atingiam todas as camadas da população, sem distinção de classes, desde os grandes senhores e fazendeiros mais importantes da região até o mais humilde dos trabalhadores braçais, com a força das convicções políticas, maçônicas e patrióticas, sobretudo, com o incomensurável poder da fé⁵⁵.

Já a adesão dos militares ao movimento começou pelos capitães, de modo

⁵⁴ FAGUNDES (1975, p.89).

⁵⁵ FAGUNDES (1975, p.90).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

que a base para a ascensão ao poder foi dada pelo Capitão Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa, do Regimento de Artilharia, o único então existente, sediado em Olinda. A tropa já “trabalhada” pelos seus colegas e irmãos maçons Capitão José de Barros Lima (o Leão Coroado), Capitão Américo Francisco de Moura, Capitão Manoel de Azevedo, Tenente Antônio Henriques Rebelo, Tenente José Mariano de Albuquerque e Alferes Ângelo de Barros.

No âmbito civil, o foco irradiador da revolução de 1817 foi o comerciante Domingos José Martins, feito maçom pelo insigne libertador das Américas Francisco Miranda. Em sua residência, transformada numa espécie de Loja Maçônica rudimentar, realizavam-se reuniões e jantares patrióticos que serviam para congregar os revolucionários. Segundo alguns dos mais respeitados historiadores, como já citado anteriormente: *“foi de lá que saiu a palavra de ordem para a revolução iminente”*.

Ainda na fase preparatória, tendo que ir à Bahia, Domingos José Martins, acompanhado pelo Capitão Domingos Teotônio Pessoa, lá aproveitaram para estreitar laços com os maçons baianos e angariar novos adeptos para a futura rebelião.

Paralelamente a isso, civis de notável reputação iam se juntando à causa.

Podemos citar como exemplos: José Luiz Mendonça, jurisconsulto respeitadíssimo na época, considerado o mestre dos advogados de Recife, orador brilhante tanto nos clubes como nas Lojas Maçônicas; o cirurgião Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto, patriota exaltado à maneira de Tiradentes e que foi tido como o “aliciador público de prosélitos”, tal era o entusiasmo com que propalava a revolução. Anistiado em 1821, voltou a Pernambuco e ali fundou uma Loja Maçônica com o nome de “Seis de Março de 1817”, a qual existe até hoje.

E, por último, o polêmico, porém não menos importante maçom, Antônio Gonçalves da Cruz – o “Cabugá” (apelido que lhe foi conferido por residir em rua que

levava esse nome). Personagem polêmico por conta da sua curiosa viagem aos EUA em busca de apoio para revolução, a cujos pormenores traremos maiores esclarecimentos nos próximos capítulos.

Por ora cabe-nos saber apenas que se tratava de um homem culto, rico e viajado que, além da residência no Recife, possuía igualmente um sítio no Manguiño; e que em ambas as propriedades exercia profusa hospitalidade.

Entusiasta dos princípios liberais, que aprendera na convivência francesa, converteu suas residências em centros de conspiração. Sua casa na cidade era decorada com retratos dos vultos mais notáveis da Revolução Francesa e da Independência Americana, encerrando uma suntuosa biblioteca político-democrático-revolucionária, a que os portugueses denominavam pejorativamente de “*capela de batizados maçônicos*”, tendo em vista que cogita-se terem sido Iniciados muitos novos maçons naquele lugar⁵⁶.

A revolução foi marcada para o dia 05 de abril de 1817, porém, no dia 06 de março, houve um incidente que precipitou o início da revolta.

ECLODE A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

Caetano Pinto, comandante das armas de Pernambuco, ao tomar conhecimento da conjura que se preparava nas sociedades secretas, reuniu os oficiais portugueses e mandou prender os chefes militares e civis que faziam parte da conspiração. Coube ao brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa de Castro, português, a missão de prender os oficiais militares.

Alguns civis já haviam sido presos, quando Barbosa, arrogante, entrou no quartel de artilharia e insultou os oficiais brasileiros.

⁵⁶ FAGUNDES (1975, p.91).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Ele já havia conseguido prender Domingos Teotônio Jorge, porém, quando ainda se encontrava no pátio da guarnição, deu voz de prisão a José de Barros Lima, a coisa toda descambou.

Nesse momento, o capitão José de Barros Lima, cuja impetuosidade lhe valeu a alcunha de “Leão Coroado”, em resposta à ordem de prisão, varou-o a espada. Barbosa teve morte instantânea.

Hércule Spoladore⁵⁷ assim narra esse episódio:

“Quando foi dada a voz de prisão, pelo comandante, o brigadeiro Joaquim Barbosa de Castro ao capitão José Barros de Lima, este reagiu, transfixando o seu superior com um florete, matando-o. Estava deflagrada a Revolução de 1817”.

Imediatamente o quartel de Artilharia foi tomado pelos sediciosos e a notícia começou a se espalhar pelas ruas. Mas o seu alastramento à massa popular aconteceu mesmo no momento em que o Governador, tentando ainda abafar a revolução, enviou aos amotinados seu ajudante pessoal, o Tenente-Coronel Alexandre Tomaz de Aquino Siqueira, com a ingênua missão de prendê-los.

Quando tentava falar à tropa, foi recebido à bala e, como seu antecessor, tombou morto ali mesmo. O tumulto tomou conta da multidão que assistia aos acontecimentos. A tropa saiu para as ruas e comungou com o povo, gritando: *“Viva a Pátria!”*⁵⁸.

No meio de todos, incendiado de júbilo, aparecia a figura messiânica de Padre João Ribeiro, discursando em altos brados:

“Soou a hora da liberdade! O Brasil está livre dos seus tiranos!”.

É de notar-se que ele não falava só de Pernambuco, mas do país inteiro.

Estava declarada a revolução.

⁵⁷ SPOLADORE (2015, p.22).

⁵⁸ FAGUNDES (1975, p.94).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Presos políticos foram libertados. O Governador capitulou e foi embarcado para o Rio, juntamente com os seus generais lusitanos.

Libertados Domingos Teotônio Jorge e Antônio Teixeira (encarcerados na Fortaleza de Cinco Pontas), graças à diplomacia do Capitão Manoel de Azevedo; conseguida a adesão da tropa do quartel da Boa Vista pelo Tenente de Infantaria Francisco Antônio de Sá Barreto e a dos milicianos reunidos no Campo do Erário (hoje Praça da República), munidos de quatro peças de artilharia, pela ação do Capitão Manoel de Azevedo, restava agora conquistar a Fortaleza do Brum, onde o Governador havia se abrigado, e tomar Olinda.

Em face do problema, essencialmente militar, os oficiais revolucionários reuniram-se na mesma noite do dia 06, na casa da guarda do erário, para decidir. Resolveram enviar de imediato a Olinda uma patrulha de 30 homens, com o Tenente Henrique e o Capitão de Artilharia Moura a fim de impedir qualquer tentativa de socorro que dali pudesse vir ao Governador.

Para o dia seguinte ficou decidido atacar, de manhã, com uma força de 800 homens, sob o comando do Capitão Teotônio, a Fortaleza do Brum, com o objetivo de tomá-la e prender o Governador deposto. A patrulha que foi enviada à Olinda encontrou a cidade deserta. A guarnição militar havia se recolhido toda à Fortaleza do Brum e os habitantes permaneciam encerrados em suas residências.

No outro dia, a tropa do Capitão Teotônio se dirigiu à Igreja do Pilar, onde estacionou. Ali o comandante recebeu notícias de que o estado de espírito do Governador era de desânimo total, do modo que decidiu tentar a rendição de forma pacífica.

Assim, foi redigido pelo próprio Capitão Teotônio, com o auxílio dos padres João Ribeiro e Domingos Martins um ultimato, concedendo o prazo de uma hora para a tropa abandonar a fortaleza e unir-se aos revolucionários a fim de entrarem juntos na “Fortaleza do Brum” e tomarem posse da mesma, protegendo a pessoa

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

do Governador e dos seus aderentes, para os quais seria providenciado embarque imediato para o Rio de Janeiro. E ainda que, não sendo aceitas tais condições, cessaria toda a responsabilidade, por parte dos patriotas, pelas consequências, inclusive as que dissessem respeito à segurança pessoal de sua Excelência, de seus familiares e agregados.

O Governador, de posse do ultimato, reuniu um conselho de oficiais e o resultado foi a lavratura de uma ata de capitulação, assinada por todos eles. Ratificada a capitulação, a tropa da Fortaleza do Brum, constituída de 150 soldados de primeira linha, logo se reuniu aos patriotas. O grande entusiasmo pela vitória sem derramamento de sangue fez com que os oficiais arrancassem das barretinas das fardas as armas reais, sendo imediatamente imitados pelo resto da tropa⁵⁹.

Em vinte e quatro horas estava tomado o poder em Pernambuco.

O historiador Manuel Correia de Andrade⁶⁰ resume os acontecimentos da seguinte forma:

“Os revolucionários ocuparam Recife em 06 de março de 1817. No regimento de artilharia, situado no bairro de Santo Antônio, um dos líderes da conspiração, o capitão José de Barros Lima, conhecido como Leão Coroado, reagiu à voz de prisão e matou a golpes de espada o comandante Manoel Joaquim Barbosa de Castro. Em seguida, na companhia de outros militares rebelados, tomou o quartel e ergueu trincheiras nas ruas vizinhas para impedir o avanço das tropas fiéis à monarquia. O Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro refugiou-se no Forte do Brum, junto ao porto. Cercado, acabou se rendendo”.

Em poucos dias, a revolução se estenderia às províncias de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

⁵⁹ FAGUNDES (1975, p.95).

⁶⁰ ANDRADE (1995, p.19).

O GOVERNO PROVISÓRIO

A eclosão do movimento em 06 de março de 1817, com a conquista do governo em menos de vinte e quatro horas foi o coroamento da revolução dos maçons e dos padres, que durante a sua efêmera existência manteria uma República com Presidente, uma Constituição e um Ministério maçonicamente influenciados e instituídos.

Os líderes da rebelião eram: Domingos José Martins. José de Barros Martins e os padres João Ribeiro e Miguelinho. Os revoltosos tomaram Recife e libertaram os presos políticos. O governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro fugiu para o Rio de Janeiro.

No dia seguinte, 07 de março, constituiu-se um governo provisório, composto pelo padre João Ribeiro de Melo Montenegro, capitães Domingos Teotônio, Jorge Martins Pessoa, João Luiz de Mendonça, coronel Corrêa de Araújo, Domingos José Martins e, para Secretário de Estado, o padre Miguelinho, todos maçons.

Em Recife, os revoltosos organizaram um governo provisório que tinha representantes do clero, dos comerciantes, do Exército, da Justiça e dos fazendeiros locais. Aboliram impostos e instituíram a plena liberdade de imprensa. E decidiram que o novo governo a ser organizado, seria republicano.

Nas palavras do historiador Tobias Monteiro⁶¹:

“Com a prisão de Caetano Pinto, os revolucionários constituíram um governo provisório, que se apossou do tesouro da província e proclamou a república. Depois de três semanas, no dia 29 de março, foi anunciada a convocação de uma assembleia constituinte, formada por representantes eleitos em todas as comarcas da Província. Uma nova “Lei Orgânica” estabeleceu a separação entre os

⁶¹ MONTEIRO (1981, p.240).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O catolicismo foi mantido como a religião oficial, mas as demais denominações cristãs seriam toleradas. Por fim, proclamava a liberdade de imprensa – uma grande novidade no Brasil, onde as ideias, o direito de opinião e a publicação de livros haviam sido controlados com rigor nos três séculos desde o Descobrimento. Foram abolidos os impostos sobre o comércio. Os militares receberam aumento nos soldos. Os que tinham participado da rebelião foram beneficiados com promoções-relâmpago. Domingos Teotônio, um dos chefes da nova junta de governo, promoveu a si próprio de capitão a coronel”.

Hércule Spoladore⁶² também escreveu a sua versão dos fatos:

“Foi organizada uma Junta Governativa Provisória. Faziam parte dela os seguintes cidadãos: Domingos José Martins, José Luiz de Mendonça, Domingos Teotônio Jorge e o padre João Ribeiro. Os rebeldes adotaram o sistema republicano de governo, uma bandeira nova e elaboraram uma lei orgânica, considerada como a primeira Constituição, no Brasil, redigida por brasileiros. Segundo alguns autores, o autor dessa lei teria sido Frei Caneca”.

Medidas liberais foram decretadas, abolidas as distinções, proscritos títulos, insígnias e condecorações, adotada uma bandeira republicana, elaborado um projeto de Constituição em que incluía a tolerância religiosa e a emancipação progressiva da escravidão⁶³.

Sobre a intenção do Governo Provisório de suspender o tráfico negreiro sob clara influência das ideias iluministas, Ulisses Brandão⁶⁴ nos dá conta da seguinte manifestação publicada pelo mesmo, e que transcrevemos abaixo:

“Convindo, não somente aos interesses da humanidade, porém, ainda mesmo aos desta Província, que se extinga de todo um comércio que está em

⁶² SOLADORE (2015, p.22-23).

⁶³ GOMES (1975, p.43).

⁶⁴ BRANDÃO (1924, p.215).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

completa oposição com os princípios do “Direito Natural” e as luzes do presente século. Tenho resolvido, que fica suspenso o tráfico da escravatura para este porto, até que a Soberana Assembleia Constituinte Legislativa resolva este negócio afinal”.

Esta proclamação, evidentemente, foi uma das causas do recuo dos grandes latifundiários, antes mesmo da repressão ao movimento começar. A seguir, os revoltosos soltaram da cadeia, os presos políticos civis. Além dessas medidas republicanas, os revolucionários tomaram algumas decisões pitorescas. Uma delas foi a abolição de todos os pronomes de tratamento que indicassem hierarquia ou autoridade de uma pessoa sobre a outra, como “vossa excelência” ou “sua senhoria”. A expressão “senhor” foi substituída por “patriota”⁶⁵.

Providências como essas revelavam nas atitudes dos pernambucanos, a forte influência da Revolução Francesa, na qual o ímpeto das mudanças incluiu, além de um novo sistema de pesos e medidas, até mesmo a troca dos nomes dos meses do ano. O novo governo republicano permaneceu no poder até o dia 20 de maio. Durante esse período, a maioria das tentativas de obter apoio das províncias vizinhas fracassou⁶⁶. Mesmo assim, o movimento se alastrou para as capitais vizinhas. E então as dificuldades realmente começaram.



⁶⁵ VARNHAGEN (1956, p.164).

⁶⁶ GOMES (2014. p.252).

A REVOLUÇÃO SE ALASTRA PARA OUTRAS PROVÍNCIAS

Na Paraíba, o brado da rebelião foi dado em Itabaiana, a meio caminho da capital, pelo maçom Manoel Clemente Cavalcanti, jovem educado em Pernambuco, como a maioria dos jovens da cidade. Levantada a bandeira branca da revolução, as tropas de Manoel Cavalcanti se juntaram às do Padre Antônio Pereira de Albuquerque e Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão.

Reunidas, as duas forças marcham sobre a capital, com um efetivo superior a mil homens. Na capital, quando chegou a notícia dos acontecimentos do interior, os conjurados maçons de lá não mais perderam tempo. Levantaram-se na noite de 12 de março. E, com a chegada das tropas do interior, proclamaram a República da Capitania, com a escolha de uma junta governativa.

No Rio Grande do Norte, a revolução foi desencadeada por via postal. O Governador era o Capitão-mor José Inácio Borges, amigo pessoal do padre João Ribeiro, mas mesmo assim, contrário à revolução. Informado por carta que recebera de Recife, o Coronel de Milícias e maçom André de Albuquerque, fervoroso patriota, que já tinha colocado o seu regimento na vila de Goianinha, de sobrea-viso, saiu no encalço e prendeu o Governador. Estava vitoriosa a revolução no Rio Grande do Norte.

O Governo Provisório foi constituído pelo Padre Barros, o Capitão Dornelas, o Coronel de Milícia Rego Barros o Capitão Antônio Germano Cavalcanti, Antônio da Rocha Bezerra e o já citado Coronel André de Albuquerque que ficou como comandante das armas da nova República. Foi um golpe maçônico-militar, sem participação popular, mas com o nome de um padre figurando em primeiro lugar na lista dos governantes.

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

A tomada do Ceará, por sua vez, deu-se por iniciativa direta do Governo Provisório de Pernambuco que despachou para lá um emissário, com instruções secretas para os maçons cearenses, instruções estas assinadas pelo padre-maçom João Ribeiro e pelo civil, e seu irmão de ordem, o comerciante Domingos José Martins. O enviado, com as ordens que continham um plano militar de combate perfeitamente delineado, foi o subdiácono José Martiniano de Alencar, que doze anos mais tarde seria pai do famoso maçom-escritor José de Alencar.

O resultado disso foi que no dia 06 de abril proclamava-se a República do Ceará, entre vivas e tiros de espingarda.

A Bahia que também já vinha sendo trabalhada pelos revolucionários através dos clubes e das proclamações distribuídas nas ruas concitando o povo baiano a se levantar contra a tirania do governo português, precisava apenas de um pequeno empurrão para igualmente proclamar-se independente.

E esse empurrão ficou decidido que viria através de um emissário previamente escolhido que teria a missão de levar o povo baiano às raias da revolução.

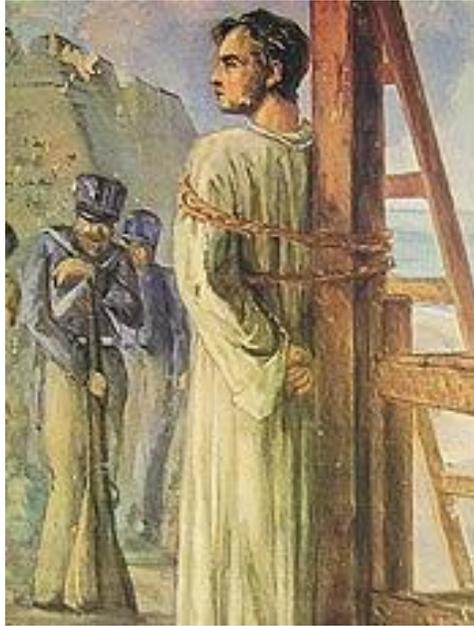
O escolhido para a tarefa foi o Padre Roma, que de passagem, já havia conseguido levantar Alagoas, mas quando chegou a Salvador, por mar, estava sendo aguardado pelas forças do Conde dos Arcos e foi preso ao desembarcar, em 27 de março.

E foi assim que, pela ação direta ou indireta dos patriotas, padres e maçons, a revolução, que começara em Pernambuco, rapidamente expandiu-se para diversas outras províncias da região nordeste do Brasil.

Todavia, a contra-revolução não se faria esperar... E a 12 de maio, bloqueados por terra e por mar, os patriotas seriam derrotados⁶⁷.

⁶⁷ GOMES (1975, p.44).

A REAÇÃO DO GOVERNO PORTUGUÊS



A reação portuguesa não demorou mais do que alguns dias. Foi imediata e violenta.

Ao tomar conhecimento da revolta, D. João VI enviou à Pernambuco as tropas imperiais para retomar a cidade. Enquanto o porto de Recife era bloqueado, tropas baianas atacavam por terra. Os rebeldes foram cercados e derrotados, mas muitos fugiram para o interior.

Da Bahia, tropas enviadas pelo Conde dos Arcos avançaram pelo sertão pernambucano, enquanto uma força naval, despachada do Rio de Janeiro, bloqueava o porto de Recife. Dois regimentos de cavalaria e dois de infantaria, perfazendo um total de 1.500 homens, sob o comando do Marechal Cogominho de Lacerda, em 16 de abril de 1817 juntaram-se à esquadra do contra-almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, enviada do Rio de Janeiro e composta de quatro navios de guerra. Em poucos dias, um total de 8.000 combatentes leais ao governo português cercou a província rebelada⁶⁸.

⁶⁸ FAGUNDES (1975, p.106).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

O padre João Ribeiro, talvez o mais inflamado dentre os revoltosos, via com pesar e sofrimento ruir por terra o seu sonho de um Brasil livre. Ainda não era chegado o momento.

O Governo Provisório, reduzido ao Capitão Teotônio e ao padre João Ribeiro, vendo-se bloqueado pelo mar e com o inimigo terrestre a cerca de 74 quilômetros das portas da cidade, desorientou-se e não muito tempo depois capitulou.

A 18 de maio, o resto das forças republicanas abandonou Recife em direção ao norte, e junto aos soldados, o padre João Ribeiro, marchou a pé, de carabina ao ombro, como exemplo de humildade e igualdade. Este extraordinário patriota, não querendo assistir a morte da república, suicidou-se na igreja de Paulista, perante a imagem do Cristo Crucificado.

Ao que Hércule Spoladore⁶⁹ fornece maiores detalhes:

“Na noite de 18 para 19 de maio os revoltosos abandonaram Recife, dirigindo-se para o norte. João Ribeiro estava determinado a acabar com a sua própria vida. Dirigiu-se para o Engenho Paulista, próximo a Olinda e ingeriu uma porção de veneno que trazia consigo, mas este não teve o efeito desejado. Então, com auxílio de uma corda, enforcou-se na própria capela do engenho. O proprietário do engenho mandou enterrar o corpo do padre no chão da própria capela. O general português Cogominho de Lacerda, mandou desenterrar o cadáver do suicida e decepou-lhe as mãos e a cabeça. A cabeça do padre foi enviada ao Governador Rodrigo Lobo, que determinou que ela fosse exposta no Pelourinho”.

No dia 19 de maio, apenas dois meses após iniciada a rebelião, as tropas portuguesas conseguiram entrar em Recife. Encontraram a cidade praticamente abandonada e sem defesa. Isolado, o Governo Provisório não teve alternativa e se rendeu no dia seguinte.

⁶⁹ SPOLADORE (2015, p.22-23).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

A repressão, como sempre, foi implacável e cruel. A sentença contra os revoltosos determinava que, depois de mortos, fossem cortadas as mãos e decepadas as cabeças, sendo as mesmas pregadas em postes, ao mesmo tempo em que os restos dos cadáveres fossem ligados às caudas de cavalos e arrastados até o cemitério local.

No interior, por sua vez, a batalha decisiva foi travada na localidade de Ipojuca, hoje sede do município em que está a praia de Porto de Galinhas⁷⁰. Quando as tropas do Marechal Cogominho transpuseram o Rio São Francisco, houve uma violenta luta contra os revolucionários comandados por Domingos José Martins, sendo os pernambucanos logo derrotados e o seu líder aprisionado.

Para enfrentar as forças enviadas pelo Rei, batalhões patrióticos foram improvisados, e entregues ao comando dos padres Souto Maior e João Gomes de Lima, Frei João Loureiro, Pedro Ivo, João Alves Leite, Domingos José Martins e Francisco de Carvalho Paes de Andrade, que mais tarde haveria de chefiar a revolução que instituiria a “Confederação do Equador”.

Os revolucionários não puderam resistir à superioridade numérica e poderio de fogo das forças legais. Não havia sido organizada uma cobertura militar, imprescindivelmente necessária num movimento armado como aquele. Também, não fora possível aos maçons e patriotas das outras províncias acudir em tempo aos pernambucanos, mesmo porque, militarmente não estavam preparados. E muito embora a revolução não se tenha espalhado por todo o território de forma uniforme, não se pode negar o esforço dos revolucionários em estender o movimento a uma vasta área da região.

Os emissários enviados aos Estados Unidos, Inglaterra e Rio da Prata não foram bem-sucedidos. Foram-lhes negadas armas e ajuda. O Padre Roma, por conseguinte, tentando entrar na Bahia para aliciar os maçons baianos, sobretudo

⁷⁰ GOMES (2014. p.253).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

os da Loja “Virtude e Razão”, foi preso ao desembarcar por ordem do Conde dos Arcos e sumariamente fuzilado.

A repressão começou para valer. Os revoltosos foram sendo, pouco a pouco, derrotados. E acabaram executados padre Miguelinho, Domingos José Martins e tantos outros. Os principais líderes foram julgados e condenados à morte. O padre João Ribeiro suicidou-se. A repressão só diminuiu em 1818, quando D. João VI foi coroado rei.

A violência contra os pernambucanos aumentou ainda mais a revolta dos brasileiros que desejavam, mais do que tudo, ser independentes de Portugal⁷¹.

O Governo Imperial tornara-se o senhor da situação. Conseguiram escapar com vida, apesar de presos, Frei Caneca, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva – irmão carnal de José Bonifácio – Francisco Muniz Tavares e outros. Mas a grande maioria dos revoltosos foi passada pelas armas, após terem sido torturados.

A artilharia festejou com salvas a volta à realeza; alguns republicanos foram mandados para à Bahia, para a força ou o encarceramento, por crime de lesa-majestade. No Recife também foi armada a força. E dos enforcados na capital pernambucana, a cabeça foi decepada e espetada em postes, os troncos arrastados por cavalo percorreram as ruas até o cemitério⁷².

José Castellani⁷³ explica a reação portuguesa da seguinte forma:

“A reação ao movimento revolucionário foi articulada pelo Conde dos Arcos, então governador da Bahia, e terminou com a derrota dos revolucionários, seguida da execução de todos os principais ativistas, num total de 43, entre civis e militares, além de três eclesiásticos”.

⁷¹ BARRETO (2015, p.12).

⁷² GOMES (1975, p.44-46).

⁷³ CASTELLANI (2001, p.46).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Ao mesmo tempo, na Bahia, o enviado da revolução, José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, o Padre Roma, foi preso ao desembarcar e imediatamente fuzilado por ordem do então governador, o Conde dos Arcos⁷⁴.

Derrotados, os revolucionários tiveram de recuar em direção a Recife. Frei Caneca, futuro líder da “Confederação do Equador”, participou da última batalha.

Os revoltosos foram sendo derrotados e executados: Padre Miguelinho, Domingos José Martins e tantos outros. A grande maioria dos revoltosos foi passada pelas armas, após terem sido torturados. Padre Miguelinho, Domingos José Martins, José Luiz de Mendonça e Joaquim de Almeida Castro foram fuzilados no dia 11 de junho, no mesmo lugar do martírio do Padre Roma. Portaram-se como heróis.

As execuções no Recife tiveram requintes de crueldade: Antônio Henrique Rabelo, Tenente de Artilharia, subiu ao patíbulo e gritou à multidão: “*Viva a Pátria*”. Foi enforcado e esquartejado. Domingos Teotônio e Jorge Martins Pessoa foram enforcados e esquartejados, tendo os seus restos arrastados por cavalo até o cemitério.

Da mesma sorte participaram José de Barros Lima e o padre Pedro de Souza Tenório. Amaro Gomes Coutinho, Francisco José da Silveira, Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, padres Antônio Peres de Albuquerque e José Peregrino de Cavalcante tiveram as mãos e a cabeça decepadas para serem espetadas em postes e expostas nos lugares públicos; os restos, arrastados por cavalo. O corpo do padre João Ribeiro foi desenterrado; deceparam-lhe as mãos para serem expostas em Goiana, e a cabeça espetada num poste em exposição no Pelourinho, onde permaneceu até que mãos piedosas a furtaram e deram sepultura.

⁷⁴ GOMES (2014, p.252).

Os outros “patriotas” foram povoar as prisões da Bahia, de onde saíam anistiados apenas em 1821⁷⁵.

Como punição adicional, a Capitania de Pernambuco teve desmembrada a Comarca de Alagoas, cujos proprietários rurais haviam se mantido fiéis à Coroa e, como recompensa, ganharam o direito de constituir uma província independente⁷⁶.

PADRE ROMA: MAÇOM E MÁRTIR DA REVOLUÇÃO DE 1817



José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima (1768-1817), mais conhecido como Padre Roma, foi um integrante do “Areópago de Itambé”, local em que conheceu Manuel Arruda Câmara, o fundador do “Areópago”. Como seu colega, José Inácio Ribeiro também não ficou muito tempo na clausura e logo abandonou o hábito religioso, mas a alcunha de “Padre Roma”, por ter estudado na Capital Italiana, permaneceria até o fim de sua vida. Após largar o hábito, Padre Roma casou e teve dois filhos – Luis e José Inácio de Abreu e Lima, que teria um importante papel nos movimentos libertários da América Espanhola⁷⁷.

⁷⁵ GOMES (1975, p.46).

⁷⁶ GOMES (2014, p.253).

⁷⁷ CARVALHO (1996, p.81-82).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Sobre o filho de Padre Roma que levava o mesmo nome do pai, José Inácio de Abreu e Lima, que foi um grande maçom como fora Padre Roma e que tão importante papel teve nas lutas de libertação da América Espanhola, o historiador Francisco de Assis Carvalho⁷⁸ traça um breve perfil:

“O General José Inácio de Abreu e Lima nasceu em Pernambuco, no Recife, em 1794. Cedo ingressou na Academia Militar do Rio de Janeiro. Em 1817, Abreu e Lima já era Capitão do Exército. Quando da prisão do seu pai, um dos líderes da “Revolução Pernambucana” de 1817, o Capitão se rebelou e foi preso por indisciplina na Fortaleza do Mar da Bahia. E quando o pai foi condenado à morte por fuzilamento, em um gesto da mais alta e animalesca selvageria, trouxeram-no para assistir o cumprimento da sentença. Dali ele foi levado de volta à prisão, de onde conseguiu fugir, indo para os Estados Unidos na companhia do seu irmão Luís. Para sua fuga e viagem, os maçons contribuíram com 100 pesos. Dos Estados Unidos, os dois embarcaram para as Antilhas. Ali deixou seu irmão em Porto Rico e seguiu sozinho para a Venezuela, para juntar-se às forças libertadoras de Simón Bolívar, que lutavam pela Independência das Colônias Espanholas, onde rapidamente chegou ao posto de General”.

Mas, voltando ao Padre Roma...

Padre Roma foi companheiro de Domingos José Martins, líder da “Revolução Pernambucana”, que a 06 de março de 1817, instalou um governo Republicano, em Recife, após ter deposto o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governo que teve a duração efêmera de apenas três meses. Após a vitória do movimento e a implantação do governo republicano, Padre Roma recebeu a missão de sublevar as províncias da Bahia e de Alagoas; entretanto foi preso ao desembarcar em Salvador⁷⁹.

⁷⁸ CARVALHO (1996, p.200).

⁷⁹ CASTELLANI (1997, p.123).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

O Padre Roma foi executado por fuzilamento, em 1817, no Campo da Pólvora, por determinação do Conde dos Arcos, na época, Governador da Bahia.

Padre Roma, cujo verdadeiro nome era José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, foi fuzilado a 29 de maio, no Campo da Pólvora, na Bahia⁸⁰. Dispensou a venda, olhou a turba curiosa e disse aos granadeiros: *“Camaradas. Lembrai-vos na pontaria, que aqui (e pondo a mão no coração) é a fonte da vida. Atira!”*.

Como todos os principais próceres da Revolução Pernambucana de 1817, o Padre Roma também era maçom.



A CURIOSA VIAGEM DE CABUGÁ

Ainda na fase preparatória, tendo que ir à Bahia, Domingos José Martins, acompanhado pelo Capitão Domingos Teotônio Pessoa, lá aproveitaram para estreitar laços com os maçons baianos e angariar novos adeptos para a futura rebelião.

A busca de ajuda externa foi um dos bons planos desenvolvidos pelos revolucionários. Para a Inglaterra foi despachado o maçom inglês Kesner, comerciante e súdito da rainha estabelecido em Pernambuco; para o Rio da Prata partiu Félix José Tavares de Lima; enquanto que para os EUA foi enviado o polêmico Cabugá⁸¹.

⁸⁰ GOMES (1975, p.46).

⁸¹ FAGUNDES (1975, p.104).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

O Rio da Prata achava-se assoberbado com os próprios problemas e pouco pode fazer para ajudar os pernambucanos, o mesmo ocorrendo com a Inglaterra, que optou por não se envolver diretamente na revolução que ocorria no Brasil.

Quanto aos Estados Unidos, consta que em 12 de março, antes da partida de Cabugá, aproveitando um maçom que estava de partida para a América do Norte, o americano John Brian, o Governo Revolucionário remeteu através dele uma carta ao então Presidente daquele país, o maçom James Madison, amigo pessoal de Thomas Jefferson e co-criador do “Partido Republicano”. A missiva pedia auxílio, se referindo ao Presidente norte-americano como “*Caro Irmão*”; e começava da seguinte forma: “*Os Patriotas Governadores da Província de Pernambuco...*”.

Um fato inusitado, muito pouco conhecido, porém deveras curioso com relação ao pedido de auxílio que se seguiu a essa correspondência não respondida, refere-se à viagem de Cabugá, emissário dos revoltosos pernambucanos para o exterior em busca de apoio para a revolução.

A incumbência do negociante era muito importante. Deveria ele conseguir do Governo americano o reconhecimento do novo governo revolucionário, como também adquirir armas e munições, alistando voluntários, inclusive os dez mil soldados bonapartistas emigrados para os EUA após a queda de Napoleão e a sua prisão na Ilha de Santa Helena.

Alheio ao que acontecia no Brasil, principalmente em relação ao malogro da revolução, o emissário Cabugá continuou por um bom tempo ainda a percorrer os Estados Unidos.

Consta nos autos que “*em maio de 1817, um misterioso personagem percorria as ruas batidas pelo vento frio da primavera, na cidade de Filadélfia, a antiga capital dos Estados Unidos*”. Consta ainda que o referido personagem tratava-se do comerciante – e maçom – Antônio Gonçalves Cruz, o Cabugá, agente secreto

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

de uma conspiração em andamento em Pernambuco. E que levava na bagagem 800.000 dólares, quantia assombrosa para a época. Atualizada pelo valor de compra, seria equivalente em 2007 a cerca de 12 milhões de dólares.

Ao chegar aos Estados Unidos, Cabugá tinha três missões. A primeira era comprar armas para combater as tropas do Rei D. João VI. A segunda, convencer o governo americano a apoiar a criação de uma república independente no Nordeste brasileiro. E o terceiro e mais espetacular de todos os objetivos era recrutar antigos revolucionários franceses exilados em território americano para, com a ajuda deles, promover a libertação de Napoleão Bonaparte (também maçom), prisioneiro dos ingleses na Ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul, desde a derrota na Batalha de Waterloo. Pelo plano de Cabugá, Napoleão seria retirado da ilha na calada da noite e transportado ao Recife, onde consolidaria a “Revolução Pernambucana” para, em seguida, retornar a Paris e reassumir o trono de Imperador da França.

Cabugá lutou contra inúmeras dificuldades nos Estados Unidos. Na parte diplomática, conseguiu ser recebido, em caráter particular, pelo Ministro dos Estrangeiros dos americanos, obtendo a nomeação de Joseph Ray para cônsul norte-americano em Pernambuco; e no que tange à obtenção de armas, munições e voluntários conseguiu alguma coisa, mas quando essa ajuda chegou ao Brasil, a revolução já tinha sido abafada⁸².

Os planos de Cabugá (e dos maçons pernambucanos) eram mirabolantes, e já estavam condenados ao fracasso antes mesmo de serem colocados em prática, pois quando Cabugá chegou aos Estados Unidos, com aquela vultosa soma de dinheiro, arrecadada entre os senhores de engenho, produtores de algodão e comerciantes (a maioria dos quais maçons) favoráveis à república, os revolucionários pernambucanos já se encontravam sitiados pelas tropas leais à monarquia

⁸² FAGUNDES (1975, p.105).

portuguesa. E a rendição era inevitável. Sem saber de nada disso, todavia, Cabugá conseguiu recrutar quatro veteranos do exército de Napoleão: o Conde Pontécoulant, o coronel Latapie, o ordenança Artong e o soldado Roulet. Juntos, eles chegaram ao Brasil, só que muito depois de terminada a revolução e foram presos antes de desembarcar.

Cruz Cabugá atualmente empresta o nome à uma das principais artérias viárias do bairro de Santo Amaro, no Recife⁸³.

UMA NOVA BANDEIRA PERNAMBUCANA



Durante a “Revolução Pernambucana”, foi criada uma nova bandeira pelos rebeldes, cujo simbolismo claramente reflete influências maçônicas.

Segundo Laurentino Gomes⁸⁴, desenhou-se uma nova bandeira, ostentando as cores azul-escuro, branca, amarela e vermelha. Na parte superior foi desenhado um arco-íris com uma estrela em cima e o Sol embaixo, representando a união de todos os pernambucanos. No interior, uma cruz vermelha simbolizando a fé na justiça e no entendimento.

⁸³ As informações sobre a viagem de Cabugá e os quatro bonapartistas recrutados nos Estados Unidos são do historiador Amaro Quintas, citadas por Humberto França, no artigo “Pernambuco e os Estados Unidos”, publicado no “Diário de Pernambuco” de 02 de maio de 2006. (Nota nº 4, do pesquisador e historiador Laurentino Gomes, publicada no livro “1808”, 2014, p.336).

⁸⁴ GOMES (2014, p.251).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Embora a revolução tenha fracassado, essa é ainda hoje a Bandeira do Estado de Pernambuco, adotada oficialmente em 1917 (durante as comemorações dos 100 anos do levante) pelo governador Manoel Antônio Pereira Borba. É também, na simbologia e na elegância visual, um dos mais bonitos entre os estandartes dos 27 estados brasileiros.

Manoel Gomes⁸⁵, por sua vez, explica que:

“Encimava a bandeira adotada pelos republicanos pernambucanos, a Estrela Flamígera, símbolo maçônico dos mais significativos”.

Por conta disso, fica fácil concordar com o mencionado autor, quando ele complementa, na página seguinte de seu livro *“A Maçonaria na História do Brasil”*, publicado em 1975:

“[...] A composição do governo, a bandeira adotada e o número de maçons envolvidos, evidenciam, de maneira insofismável, a participação da Maçonaria naquela memorável jornada”.

CONSEQUÊNCIAS DIRETAS E INDIRETAS DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Uma das consequências mais graves da “Revolução Pernambucana” veio logo depois do final do conflito de 1817; derrotados, os pernambucanos ainda tiveram que ver o seu território ser desmembrado. A Comarca de Alagoas, que até aquele momento tinha sido parte integrante da província pernambucana, foi transformado em província independente.

A outra tem relação direta com a Ordem Maçônica.

⁸⁵ GOMES (1975, p.43-44).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

A Maçonaria, naquele tempo, como a encontramos na Independência do Brasil (1822), era uma associação puramente política com o juramento dos seus membros de fazerem a Pátria livre. E em Pernambuco não era diferente. Ninguém mais contesta que a ideia de liberdade partiu diretamente do seio das sociedades secretas, dos lábios dos adeptos da Maçonaria para os ouvidos da multidão.

Assim também foi a “Revolução Pernambucana” de 1817, desastrosa por ter explodido prematuramente. Desta vez, porém, a Maçonaria não escaparia ilesa. Mas nem por isso se arrefeceu o ardor libertário, mesmo que em cada novo pensamento rebelde, em cada gesto de desobediência política, estivesse presente a sombra de um enforcado.

À Revolução Pernambucana de 1817 seguiu-se uma terrível perseguição à Maçonaria. Obrigando a mesma a suspender os seus trabalhos, para reencetá-los novamente apenas em 1821, a 24 de junho⁸⁶. O “abalo sísmico” que foi a “Revolução Pernambucana” desestruturou os alicerces do trono português. De acordo com o historiador maçônico Nicola Aslan⁸⁷, numa tentativa que tinha em vista debelar os movimentos libertários contra o absolutismo, D. João VI, através de seu Ministro, Tomaz Antônio de Vila Nova Portugal, editou o Alvará de 30 de março de 1818, que teve curso tanto em Portugal como aqui no Brasil.

O decreto declarava criminosas e proibidas todas as sociedades secretas, quaisquer que fossem as denominações e punha um termo às atividades maçônicas no Brasil; aparentemente, pelo menos, pois as Lojas Maçônicas continuavam com o seu trabalho político em outros locais e sob novas denominações. Pode ser citado, por exemplo, o “Clube Recreativo e Cultural da Velha Guarda”, formado por Joaquim Gonçalves Ledo e por outros patriotas, o qual manteve acesa a chama por um Brasil independente⁸⁸.

⁸⁶ GOMES (1975, p.41).

⁸⁷ ASLAN (1997, p.98).

⁸⁸ GOMES (1975, p.47).

A LOJA MAÇÔNICA “SEIS DE MARÇO DE 1817”

O movimento revolucionário de 1817 teve vida curta, durando o seu governo apenas 75 dias. Assim, a 20 de março de 1817, o governo português, dono da situação, se entregava com ódio e brutalidade à vingança, enchendo Pernambuco de luto e sangue.

Da revolução ficou, apenas, como marco inconfundível, a memória daqueles que tombaram pela liberdade da nossa Pátria; e a escola secreta que o cirurgião Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto abriu, em sua casa, em Igarauçu e que, em 1821, quando da revogação do nefasto Alvará de D. João VI pelo príncipe regente D. Pedro I, reinstalou como Loja Maçônica, dando-lhe o título de “Seis de Março de 1817”.

Embora não se saiba a data certa de sua instalação, ou reinstalação como mencionam alguns historiadores, a Loja “Seis de Março de 1817”, por deduções históricas, foi instalada, ou reinstalada, no primeiro semestre de 1821, sob a direção de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, patriota da “Revolução Pernambucana”, quando ainda não havia sido formado, na Corte sediada no Rio de Janeiro, o “Grande Oriente Brasileiro”. A “Seis de Março de 1817” teria se filiado, então a um Grande Oriente estrangeiro que se supõe ter sido o da América do Norte⁸⁹.

A nova Loja prosseguiu no seu trabalho, honrando o título e a tradição das que sucumbiram antes e durante o movimento revolucionário. Continuávamos como colônia de Portugal e sobre as cabeças dos pernambucanos pesava a mão de ferro do déspota Luiz do Rego.

A 21 de julho de 1821, o governo abortou uma nova conspiração de que era chefe Guimarães Peixoto, fundador e atual Venerável Mestre da “Seis de Março”.

⁸⁹ COSTA (1996, p.49 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

Nesta ocasião, o Governador Luiz do Rego escapou de um tiro contra ele desferido por João do Souto Maior, maçom pertencente aos quadros da referida Loja.

Por consequência, a 21 de agosto do mesmo ano, eram presos e deportados para Lisboa, a bordo do brigue “Intriga”, o venerável Guimarães Peixoto e vários dos seus companheiros. Mas Vicente Ferreira Guimarães Peixoto e os demais componentes da Loja “Seis de Março de 1817” permaneceram pouco tempo em Lisboa. A Proclamação da Independência do Brasil por obra da Maçonaria local, permitiu que eles retornassem à Pátria natal em 1822. Imediatamente reinstalaram a Loja que passou a fazer forte propaganda a favor da República.

Quando rebentou a rebelião chefiada por Paes de Andrade, em 1824, cujo objetivo era formar a “Confederação do Equador”, a Loja “Seis de Março” foi partícipe do movimento. Dominada a nova revolução, os maçons foram duramente perseguidos e a Loja novamente fechada.

E somente com a queda de D. Pedro I, em 07 de abril de 1831, as Lojas Maçônicas puderam voltar a trabalhar livremente. Sem perda de tempo, reagruparam-se os antigos componentes da Loja “Seis de Março de 1817”, reencetando-se as atividades da mesma em 07 de outubro de 1832, desta vez filiando-se ao “Grande Oriente do Brasil” e passando a trabalhar no Rito Francês ou Moderno⁹⁰.



⁹⁰ COSTA (1996, p.49-50 – in: “Areópago de Itambé 200 Anos”).

UM FATO CURIOSO

Uma curiosidade já citada anteriormente, mas que cabe repetir, segundo o escritor José Castellani⁹¹, é que havia Lojas Maçônicas em funcionamento na própria Corte de D. João VI. Duas delas, fundadas no Rio de Janeiro em 1815, chamavam-se “Beneficência” e “São João de Bragança”, cujo nome seria uma velada homenagem ao soberano D. João, suspeito de ter conhecimento e tolerar as atividades da Maçonaria nas dependências do próprio palácio real. Um de seus ministros mais poderosos, D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, responsável pela mudança da Família Real para o Brasil em 1808, teria sido maçom.

As Lojas Maçônicas foram proibidas pelo Rei depois da “Revolução Pernambucana” de 1817, gerando outro fato histórico e bastante curioso e que reforça a importância da Maçonaria no Brasil, no início do século XIX, que foi a inusitada resposta do então Príncipe Regente D. João VI ao receber uma lista dos maçons que deveriam ser presos, declarando, perplexo diante do tamanho e do conteúdo da mesma: *“mas foram estes que me salvaram!!!”*⁹².

Para encerrar esta parte, e diante de tudo o que vimos até aqui, não podemos mais negar que a Maçonaria teve sim, tal qual nos movimentos anteriormente estudados, grande influência nos acontecimentos de 1817. E nem que estes, por sua vez, influenciariam tanto os eventos posteriores, principalmente aqueles que culminariam na Independência do Brasil.

Na *“Maçônica Independência do Brasil”*.

Acesse outros trabalhos do autor:

<https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>



⁹¹ CASTELLANI (1996, nº 28).

⁹² CORDEIRO (2008, p.23).

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Derly Halfeld. ***Arruda Câmara: o Precursor de Itambé*** – in: Areópago de Itambé 200 anos. Londrina, PR: Editora “A Trolha”, 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. ***A Revolução Pernambucana de 1817***. São Paulo, SP: Ática, 1995.

ASLAN, Nicola. ***Uma Radioscopia da Maçonaria***. Londrina, PR: A Trolha, 1997.

BARRETO, Adauto. ***Nosso Culto aos Heróis de 1817*** – in: Areópago de Itambé 200 anos. Londrina, PR: Editora “A Trolha”, 1996.

BARRETO, Jorge Muniz. ***A Maçonaria Respondendo aos Desejos dos Brasileiros e Culminando na Independência do Brasil***. Florianópolis, SC: Informativo JB News – Inform. nº 1807. Disponível em: < http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1807.pdf >. Acessado em 18/10/2015.

BARROSO, Gustavo. ***História Secreta do Brasil***. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1939.

BRANDÃO, Ulisses de Carvalho Soares. ***A Confederação do Equador (1824-1924)***. Recife, PE: Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1924.

CALMON, Pedro. ***História Social do Brasil***. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1941.

CARVALHO, Francisco de Assis. ***Itambé: Berço Heroico da Maçonaria no Brasil***. Londrina, PR: Editora A Trolha, 1996.

CARVALHO, Willian Almeida de. ***Pequena História da Maçonaria no Brasil***. Site Biblioteca Digital. Disponível em: < <https://bibliot3ca.wordpress.com/pequena-historia-da-maconaria-no-brasil-william-almeida-de-carvalho/> >. Acessado em 08/02/2016.

CASTELLANI, José. ***1822: A Fundação do Grande Oriente do Brasil***. Cadernos de Estudos Maçônicos, nº 28, 1996.

CASTELLANI, José. ***Os Maçons que Fizeram a História do Brasil***. 2ª Ed. Londrina, PR: A Gazeta Maçônica, 1997.

CASTELLANI, José. ***A Maçonaria Brasileira na Década da Abolição e da República***. Londrina, PR: A Trolha, 2001.

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

CORDEIRO, Vital Lopes ***A Influência Política da Maçonaria no Período Pré-independência do Brasil***. Brasília, DF: Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, 2008.

COSTA, Anadir Cardozo da. ***A Loja Maçônica “Seis de Março de 1817” em Breves Palavras*** – in: Areópago de Itambé 200 anos. Londrina, PR: Editora “A Trolha”, 1996.

D’ALBUQUERQUE, Arci Tenório. ***A Maçonaria e as Revoluções Pernambucanas***. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1970.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. ***A Maçonaria e as Forças Secretas da Revolução***. 2ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1975.

FERREIRA, Antônio do Carmo. ***O Bicentenário do Areópago de Itambé*** – in: Areópago de Itambé 200 anos. Londrina, PR: Editora “A Trolha”, 1996.

GOMES, Laurentino. ***1808: Como Uma Rainha Louca, Um Príncipe Medroso e Uma Corte Corrupta Enganaram Napoleão e Mudaram a História de Portugal e do Brasil***. 2ª edição. São Paulo, SP: Ed. Planeta do Brasil, 2014.

GOMES, Manoel. ***A Maçonaria na História do Brasil***. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1975.

LIMA, Manuel de Oliveira. ***Nota à História da Revolução de Pernambuco em 1817***. de Francisco Muniz Tavares, 3ª edição. Recife, PE: IAHGP, 1917.

MACHADO, M. L. ***Introdução à História da Revolução de Pernambuco em 1817***. de Francisco Muniz Tavares, 3ª edição, Nota XXIII. Recife, PE: IAHGP, 1917.

MELO, Mário. ***A Maçonaria e a Revolução Republicana de 1817***. Recife, PE: Imprensa Industrial, 1912.

SPOLADORE, Hércule. ***O Areópago de Itambé e sua Influência nas Revoluções Brasileiras***. Florianópolis, SC: in: Informativo Diário JB News - Informativo nº 1837. Disponível em: < http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1837.pdf >. Acessado em: 15/10/2015.

TAVARES, Francisco Muniz. ***História da Revolução de Pernambuco em 1817***. 3ª edição. Recife, PE: IAHGP, 1917.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. ***História da Independência do Brasil***. Brasília, DF: Ed. Senado Federal, 2010.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. ***História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal***. Volume V. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1957.